



BRASIL, 2014

2015

2016



POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



CARTA DE APRESENTAÇÃO

A construção de uma educação equitativa exige investimento intelectual, escuta, diálogo e compromisso coletivo. Isso significa enviar esforços para pensarmos o próprio reordenamento das bases do nosso contrato social educacional, no que tange às camadas populares e sua trajetória na política educacional.

É com esse espírito que nos reunimos no I Encontro para a Construção do Marco Referencial de Equidade na Educação Básica — um marco histórico que busca orientar, com base em evidências e experiências concretas, a formulação de políticas públicas capazes de enfrentar as múltiplas desigualdades que ainda persistem em nosso sistema educacional.

Este material que ora apresentamos tem como objetivo apoiar o trabalho das oficinas temáticas que compõem o Encontro. São roteiros e metodologias pensados para garantir a escuta qualificada, a mediação consistente e a sistematização cuidadosa das contribuições que emergirão da vivência e da reflexão dos(as) especialistas convidados(as), oriundos(as) das mais diversas trajetórias — seja na gestão pública, nos movimentos sociais ou na academia.

Estamos cientes de que o princípio da equidade, embora já inscrito na Constituição, ainda carece de instrumentos claros e compartilhados para sua efetiva implementação. O Marco Referencial que buscamos construir de forma colaborativa é uma resposta a esse desafio: uma proposta aberta, dinâmica e ancorada na realidade, que nos permita não apenas

nomear as desigualdades, mas enfrentá-las com intencionalidade e justiça.

Agradecemos profundamente sua presença e contribuição. Que este Encontro seja, acima de tudo, um espaço de escuta respeitosa, trocas potentes e compromissos firmes com uma educação básica mais justa, plural e democrática.

Com apreço, amizade e confiança no caminho que estamos construindo,

Zara Figueiredo

Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC)



SUMÁRIO

6. LEGISLAÇÃO E NORMAS

8. PRINCÍPIOS

10. OBJETIVOS

11. ESTRATÉGIAS

14. INDICADORES

17. LACUNAS NA CONCRETIZAÇÃO

19. PERGUNTAS CENTRAIS

LEGISLAÇÃO E NORMAS

- **Constituição Federal de 1988, em especial os Artigos 205, 206, 208, 211, 212, 213 e 214.**

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso: 22/09/24

- Lei 9.394/96 (LDB), em especial os artigos 5º, 19, 23, 26-A e 28 e 77

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, acesso: 20/09/24

- Decreto 5.051/04, que "Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais".

Revogado pelo Decreto 10.088/19, que "Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil", trazendo a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais no seu ANEXO LXXII.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#anexo72, acesso em: 14/01/24

- Decreto 6.040/07, que "Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais".

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm, acesso: 22/09/24

- Decreto 7.352/10, que “Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA”.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm, acesso: 22/09/24.

- Portaria MEC/GM 86/13, que “Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais”

Disponível em:

https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port_86_01022013.pdf, acesso 15/01/25

- Resolução CNE/CEB 01/02, que "Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo".

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192, acesso: 22/09/24

- Resolução CNE/CEB 02/08, que “Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo”.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf, acesso: 22/09/24

- **Resolução CNE/CP 01/23, que "Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior"**

https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/rcp001_23.pdf, acesso: 20/09/24

PRINCÍPIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO,
DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

Entende-se por Educação do Campo a **modalidade de ensino destinada às populações do campo, em nível básico e superior**. O público específico a ser atendido pela oferta desta modalidade é aquele formado pelas pessoas que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. Fazem parte deste grupo os agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caçaras, povos da floresta e caboclos.

A Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas – Pronacampo¹, tem por finalidade ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior a estas populações, e deve ser desenvolvida de forma articulada e cooperativa entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e com foco nas metas do Plano Nacional de Educação. Há três princípios que podem ser considerados os pilares da Política: diversidade, pertencimento e territorialidade.

1 A sigla PRONACAMPO, utilizada na representação da atual Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, faz referência ao Programa Nacional de Educação do Campo, instituído pela Portaria MEC nº 86/2013, com objetivo de fomentar a operacionalização e materialização do previsto no Decreto nº 7352/2010. O PRONACAMPO, elaborado com a participação da sociedade civil e movimentos sociais e sindicais do campo, no âmbito da Comissão Nacional de Educação do Campo – CONEC, é considerado uma conquista histórica na construção democrática de políticas públicas em educação voltadas ao atendimento às populações do campo.

O reconhecimento da diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia é o primeiro passo para a compreensão do desafio interfederativo que posto para a implementação de uma Educação do Campo com qualidade. Para isso, é fundamental que existam projetos político-pedagógicos específicos nas escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho. Assim, a Política se estrutura com valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

O segundo pilar é do pertencimento. Em um sentido mais amplo, dele deriva a perspectiva de que a comunidade local e sua identidade sociocultural devem ser reconhecidas com participação efetiva nos processos educativos, uma vez que a escola é locus da vivência cidadã local. O princípio de pertencimento também se expressa de que é essencial ter profissionais da educação preparados para o atendimento da especificidade desta modalidade de oferta, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo. Tais profissionais devem ser capazes de compreender a diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva local, do país e do mundo, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo. Devem ter compromisso com os princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

O terceiro princípio, da territorialidade, também se expressa na participação efetiva da comunidade local no cotidiano da escola. O controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo



OBJETIVOS DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

Por meio da Pronacampo, espera-se promover:

- O fortalecimento da capacidade de gestão e implementação das estratégias abaixo descritas;
- O aumento da capacidade de oferta da educação básica nas escolas do campo com qualidade pedagógica e de infraestrutura e currículos contextualizados;

- **O fortalecimento da Rede de Formação em Educação do Campo.**

Vale reforçar que a oferta se dá nas escolas propriamente do campo, entendidas como aquelas situadas na área rural, mas também naquelas situadas na área urbana, desde que atendam predominantemente a populações do campo. Além disso, pode também ser oferecida em turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, desde que funcionem nas condições específicas das escolas do campo.

ESTRATÉGIAS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA PRONACAMPO

Para superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, a Pronamp foi desenhada como um conjunto articulado de ações de apoio aos sistemas de ensino visando a ampliação, qualificação e garantia da oferta, acesso e permanência na educação básica, profissional e superior, referenciado nos princípios da Educação do Campo e seu marco normativo, sendo destinada às populações do campo, das águas e das florestas.²

A efetiva execução da Pronacampo depende da ação articulada e cooperativa entre União, estados, Distrito Federal e municípios, observadas as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

Considerando o conjunto de diretrizes e regulamentações apontados no marco normativo da Educação do Campo como modalidade educacional, a PRONACAMPO será constituída de programas e ações contemplando:

2

A Pronacampo será em breve instituída por meio de portaria do Ministério da Educação.

- **Ampliação e articulação com Licenciatura em Educação do Campo, PARFOR Equidade, PIBID Equidade, Programa Residência Docente e Rede PET;**
- **Ampliação do programa com oferta de cursos de aperfeiçoamento, especialização e produção de material didático;**
- **Criação de rede articulada com a Capes para oferta de especialização e mestrado profissional em Educação do Campo;**
- **Cursos (AVAMEC e UAB) para gestores, técnicos das redes e comitês de Educação do Campo;**
- **Programa Nacional de Multisseriação, contemplando formação docente, gestão para multisseriação, diretrizes curriculares, referenciais de implementação, produção de materiais pedagógicos, avaliação da aprendizagem e construção de indicadores e monitoramento;**
- **Referenciais curriculares para educação básica do campo e articulada ao ensino técnico e profissionalizante;**
- **PNLD Campo e PNLD Literário Equidade;**
- **Diretrizes das Licenciaturas da Educação do Campo;**
- **Formação continuada para equipes pedagógicas, egressos da Licenciaturas do Campo (LEDOC), Rede de Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), Técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e comunidades do campo, das águas e das florestas;**

- **Implantação de unidades demonstrativas de Agroecologia.** Distribuição de equipamento de energia solar e hidráulica; biodigestores; Espaços verdes em escolas (hortas, viveiro de mudas e efluentes e purificação da água; recuperação de áreas degradadas; adaptação para resiliência, com prioridade para escolas localizadas em biomas afetados por áreas de risco;
- **Apoio à Educação de Jovens e Adultos em Assentamento da Reforma Agrária, as Escolas Nacionais de Educação Popular dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas e à Educação das Infâncias do Campo e Cirandas Infantis nos Cursos de Educação do Campo;**
- **Produção de material didático, atividades de extensão e realização de eventos educacionais protagonizados por escolas comunitárias do campo, que ofertem educação profissional e tecnológica em regime de alternância;**
- **Centro de Referência em Educação do Campo voltados a produção e difusão de estudos, monitoramento e divulgação de dados sobre a Educação do Campo, com construção de indicadores de avaliação da aprendizagem, publicação de anuário e criação de plataforma digital com dados da Política Nacional de Educação do Campo;**
- **Fomento financeiro para indução a redes voltada à suspensão de fechamento de escolas do campo, implementação de referenciais curriculares voltados à ação climática e agroecologia e para melhoria de infraestrutura para pequenas reformas, água e esgotamento nas Escolas do Campo;**
- **Apoio a ampliação e fortalecimento dos Comitês Gestores de**

Educação do Campo (estaduais, territoriais e municipais), como instâncias consultivas e de participação social que agreguem representações governamentais e da sociedade civil nos territórios;

- Criação do Selo Elizabeth Teixeira para Educação do Campo, das Águas e das Florestas, para dar destaque às redes com protagonismo na implementação da Política;
- Estruturação de um modelo de Governança e Participação Social, com implementação de Coordenação Federativa da Proncampo e fortalecimento da Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC), como instância consultiva e de participação da sociedade civil no âmbito do MEC; e implementação de uma Governança Executiva com agentes rede de agentes de governança e formação, atuando localmente, nos municípios e estados.

INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA

Os indicadores que servem ao monitoramento e avaliação da Educação do Campo nos últimos anos, no que tange ao acesso à escola, situação de fluxo/permanência e condições de oferta de ensino, tanto infraestruturais quanto de profissionais da educação, têm sido produzidos a partir dos dados anuais do Censo Escolar/INEP/MEC e dos dados decenais do Censo Demográfico/IBGE, para todas as localidades do País; e em função da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad)/IBGE, anualmente, no agregado das regiões do País.

É possível, assim, acompanhar anualmente a evolução das escolas, turmas (inclusive salas anexas) e matrículas da educação do campo. Quanto às escolas, o Censo Escolar permite identificar sua dependência administrativa, etapa de ensino e diferentes aspectos de sua infraestrutura como presença de biblioteca, recursos de acessibilidade e internet banda larga para uso dos alunos. Também é possível acompanhar

longitudinalmente características do corpo docentes dessas turmas e escolas, como experiência, formação inicial, formação continuada, número de escolas em que leciona e vínculo empregatício.

Há, contudo, uma ponderação: o Censo Escolar aponta o local de residência dos alunos e a localização das escolas – havendo, em ambos os casos, a marcação de localidade rural –, mas não inclui nos seus formulários a autoidentificação individual como população do campo e nem a identificação das escolas que implementam currículos em consonância com marco normativo da Educação do Campo. Assim, nesse caso, não é possível identificar se a escola localizada no campo implementa a modalidade Educação do Campo e nem identificar a que população do campo em específico pertence o estudante, pois os indicadores de permanência estão referenciados nas escolas da modalidade ou no local de residência dos estudantes, não nos estudantes. Além disto, perde-se a identificação de população do campo do estudante se a escola de matrícula e o local de moradia não são em localidade rural.

O que é possível, embora ainda não seja realizado, é acompanhar anualmente a frequência escolar e as taxas brutas e líquidas de atendimento a partir do Cadastro Único (inclusive na etapa de creche), e igualmente a evolução de estudantes em formação por alternância e em turmas multisseriadas a partir do Censo Escolar.

Outro indicador relevante para a Política que é possível de ser calculado, mas que não é acompanhado regularmente, é o número de escolas do campo com Unidade Executora ativa no âmbito do PDDE, bem como o valor de saldo em conta agregado e médio. No Anexo 2, encontra-se uma matriz preliminar de indicadores já disponíveis para uma estrutura de monitoramento e avaliação.

Se parte das condições de oferta e parte do cenário de acesso e permanência na educação do campo podem ser acompanhadas regularmente, a Política de Educação do Campo ainda carece de indicadores-chave:



Escassez de indicadores de qualidade:

- Como realizar avaliação de qualidade do processo educacional, em termos de conteúdo e de representatividade, em linha com as diretrizes da educação do campo?
- Como aferir a implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no contexto dos PPPs escolares e currículos das redes de ensino?

Escassez de dados sobre acesso:

- Quais parâmetros devem ser monitorados do ponto de vista do processo de organização da oferta das escolas do campo, para evitar a continuidade do movimento desenfreado de fechamento de escolas?
- A média de distância e a forma de transporte até a escola devem ser acompanhados no monitoramento da política?

Escassez de dados sobre infraestrutura sustentável:

- Quais condições de oferta de ensino devem ser observadas no Censo Escolar para aferir se as escolas estão adequadas a padrões de sustentabilidade?

Escassez de dados sobre gestão escolar e de rede de ensino:

- Diretores de escolas do campo devem ter perfil ou formação específicos para exercício da função? Qual?
- Secretarias de ensino devem ter equipe gestora específica para a Educação do Campo? Para quais funções?

Também vale citar que há indicadores produzidos nacionalmente que não apresentam desagregações para a população estudantil do campo, tal como a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE).

LACUNAS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA PRONCAMPO

Todos os esforços atuais da Política são necessários porque ainda são muitas as lacunas para a concretização da Política de Educação do Campo. Ainda se observa intensas desigualdades na oferta e acesso à educação básica no campo, pela baixa oferta de educação infantil e de ensino médio e pela precariedade da infraestrutura física, pedagógica e tecnológica e das condições tecnológicas nas escolas do campo. Ainda há, portanto, dificuldade de regulamentação e implementação da educação do campo nos estados e municípios em acordo com marco normativo da modalidade.

Para a concretização da Política, identifica-se como fundamental que seja freado o movimento continuado de fechamento de escolas do campo, que reduz as oportunidades de acesso à educação do campo com qualidade. Em que pese a Lei 12.960/2014 dificultar o fechamento de escolas do campo, com exigência de manifestação do órgão normativo do sistema de ensino antes de fechar uma escola, não são observados os princípios de territorialidade e pertencimento, com escuta da comunidade local. Assim, do ponto de vista normativo é ainda crucial que se estabeleça um **processo mais criterioso de avaliação do fechamento de escolas do campo**, com análise a partir de critérios

